

AS PERGUNTAS DAS ANTROPÓLOGAS

Percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos



THE ANTHROPOLOGISTS' QUESTIONS
Perceptions about the demarcation of the territory
of writing and the sewing of knowledge

Ana Manoela Primo dos Santos Soares
Indígena do povo Karipuna do Amapá
Universidade Federal do Pará

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia | Belém, Brasil
anamanoelakaripuna@gmail.com | ORCID iD: 0000-0003-2143-1945

Resumo

Este artigo é escrito por uma indígena antropóloga do Povo Karipuna do Amapá, que realiza pesquisas com as vozes e vivências de algumas das mulheres de seu povo de origem, que são suas parentas diretas por linhagem matrilinear. Tendo como reflexão para o texto minhas vivências Karipuna, meu estar antropóloga e estar na universidade, busco por meio deste escrito tecer algumas reflexões sobre o que seria o conhecimento antropológico realizado pela/o indígena antropóloga/o e que tipo de relações os conhecimentos indígenas podem tecer com a antropologia, quando nós somos as/os próprias/os pesquisadoras/os.

Palavras-chave

Karipuna do Amapá; Indígenas Mulheres; Antropologia Indígena; Antropólogos Indígenas, Povos Indígenas do Oiapoque.

Abstract

This article is written by an indigenous anthropologist from the people Karipuna of Amapá who conducts research on the voices and experiences of some of the women of her people, who are her direct relatives by matrilineal lineage. By drawing on my Karipuna experiences, my being an anthropologist and being at the university, through this writing I seek to weave some reflections on what would be the anthropological knowledge carried out by the indigenous anthropologist and what kind of relationships indigenous knowledge can weave with anthropology, when we are the researchers themselves.

Keywords

Karipuna from Amapá; Indigenous Women; Indigenous Anthropology; Indigenous Anthropologists; Indigenous people of Oiapoque.



Os caminhos do texto

Este artigo é redigido por uma *indígena mulher*¹ do povo Karipuna do Amapá, que tece pesquisas na antropologia em consonância com aquilo que aprende com as mulheres idosas de seu povo de origem, chamadas, nas aldeias Karipuna, de *antigas*². As pesquisas que realizo com as antigas buscam pensar as trajetórias dessas mulheres, suas transitoriedades entre os territórios da aldeia e das cidades, assim como seus conhecimentos, memórias e as formas de transmissão e preservação destes. Porém, realizar pesquisas com estas antigas é algo que também molda outros caminhos nestes estudos, pois, por ser Karipuna e estar antropóloga, passo a refletir sobre minhas relações com estas mulheres, minhas relações com a aldeia em que pesquiso e as

¹Utilizo o termo “indígena mulher” ao invés de “mulher indígena”, pois, em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal do Pará (UFPA), percebi em seus discursos o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher, pois, antes de sermos mulheres, somos indígenas, somos Karipuna, Guajajara, Baré, Tembé e tantos outros povos que estão na UFPA, em suas graduações e pós-graduações, através da presença das indígenas mulheres. Além de que já presenciei parenta relatar, “nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente”. Ou seja, na concepção dessa parenta nascemos com a identidade de um povo e mais tarde vamos constituindo o nosso ser mulher. Em acordo com o que dizem as parentas e em acordo com o que escreve a antropóloga Camille Castelo Branco (não indígena) o povo ao qual uma indígena mulher pertence é um marcador mais específico em suas trajetórias e narrativas do que os marcadores de gênero (Gouveia Castelo Branco 2018: 13).

² As antigas são as nossas mais velhas, elas podem ser as nossas ancestrais que já faleceram ou as nossas idosas, estas últimas consideradas pelo povo como importantes detentoras dos conhecimentos Karipuna, conhecimentos estes, que são sobre às histórias, à língua (kheul), os rituais, às pajelanças, às relações com o território, com os bichos, as plantas, objetos e com as outras parentas e parentes. Igor Kopytoff (2012: 233) em artigo, sobre a África Subsaariana, diz que “Em algum sentido as pessoas mais velhas [do grupo de parentesco] são as representantes dos ancestrais e as mediadoras entre eles e o grupo de parentesco”. As realidades que Kopytoff traz são distintas da realidade Karipuna que presencio em contextos de aldeia e urbano, mas vejo sentido na citação, pois, são nossas mais velhas e mais velhos quem ativam os conhecimentos e memórias relacionadas aos ancestrais, que já faleceram. Aprender com as antigas e antigos sobre as histórias de nossas/nossos antepassadas/dos, é aprender sobre as histórias de nosso povo. Além de que as histórias das/dos ancestrais, são narrativas que também compõem as histórias das gerações mais recentes. Olho para o passado (o tempo dos antigos) e para o presente e percebo que sou formada a partir daquilo que minhas e meus ancestrais foram.

relações que nós indígenas antropólogas/os estamos a tecer com a antropologia.

As antigas com quem dialogo para as pesquisas são nascidas em uma aldeia chamada Santa Isabel, que se localiza na Terra Indígena Uaçá, no município de Oiapoque, no norte do estado do Amapá, em uma região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Santa Isabel é a aldeia com a qual possui vínculo, pois foi fundada por meus avós maternos, Manoel Primo dos Santos, conhecido como cacique Côco (indígena Karipuna), e Delfina Batista dos Santos (indígena Karipuna e Palikur), que por longos anos se constituíram como suas lideranças. Foi nesta aldeia que minha mãe Suzana e minhas tias Izabel, Vitória e Estela, que são as antigas com quem pesquiso, tiveram seus primeiros ensinamentos como mulheres Karipuna. Não nasci ou fui criada na aldeia, mas em território urbano, na cidade de Belém, no estado do Pará. Porém, é de Santa Isabel que vem minha ancestralidade e aquilo que minhas parentas e parentes³, pelo lado materno, me transmitem desde a infância. Apresentar quem são as mulheres com quem pesquiso, quais são as relações de parentesco que tenho com elas, assim como contextualizar a aldeia onde estudo, é algo relevante para que se compreendam os caminhos que este texto percorre.

Com relação às pesquisas que realizo com estas antigas, em momentos de diálogos que tive sobre elas com outras mulheres pesquisadoras, estas não indígenas, me foram colocadas as seguintes questões: sobre o que seria o conhecimento antropológico realizado pela/o indígena antropóloga/o? Que tipo de relações a antropologia pode tecer com os conhecimentos dos povos originários, quando nós somos as/os próprias/os pesquisadoras/os? Estas são perguntas complexas e com as quais convivo desde o período da graduação, que realizei em Ciências Sociais, época em que iniciei as pesquisas com as parentas, quase seis anos atrás. Entretanto, ainda não havia realizado nenhum escrito sobre

³ “Parente” é um termo que nós indígenas, no Brasil, utilizamos para nos referir a outras pessoas também indígenas, sejam estas de nosso povo ou de algum outro povo originário. Gersem Baniwa (2006: 30) diz que “O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilhamos de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de nossos povos diante da sociedade global”.

tais perguntas, sendo este texto a primeira reflexão a partir delas.

Articularei as perguntas propostas às produções de conhecimentos nas quais me insiro, nos diferentes territórios pelos quais transito como Karipuna e pesquisadora. Trago a seguir vivências que tive com as antigas, quando estas me explicaram sobre as suas próprias relações com a escrita; sobre o que gostariam que eu realizasse nos estudos de antropologia com as mulheres de meu povo; e como elas percebem os estudos antropológicos quando estes são realizados por nós Karipuna e quando o são por antropólogas/os externos ao povo. Além de vivências com outras parentas antropólogas, que comunicam o quanto é importante que nós, *indígenas antropólogos*⁴, demarquemos o território da escrita.

Relatos que trazem a escrita e outros ensinamentos

Minha mãe e minhas tias maternas me relatam que quando eram crianças e frequentavam a escola que havia em nossa aldeia, eram elas mesmas quem confeccionavam seus cadernos, feitos a mão com restos de sacos de pão e papéis de embrulho que sobravam das compras que meu avô fazia quando ia até a cidade de Oiapoque. As linhas em que iriam escrever sobre os conhecimentos advindos dos não indígenas eram desenhadas com lápis e régua. Havia uma insistência de meu avô materno para que as filhas estudassem. Uma insistência que, enquanto liderança (pois, durante mais de quarenta anos, foi o cacique de Santa Isabel), o fez compor com o auxílio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a primeira escola de nossa aldeia, fundada em 1949 e que funcionava dentro de sua casa, em uma época em que não havia escolas entre os Karipuna. Entretanto, de acordo com as mais velhas, esta escola, em muitos aspectos, não valorizava nossos conhecimentos, práticas e língua (kheuol), priorizando “nossa integração à sociedade não indígena e nos inculcando um nacionalismo que não era próprio de nosso-sistema Karipuna⁵”. No entanto, ainda assim, muitos parentes de nosso

⁴ Antropólogos é o termo utilizado pela Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA). De acordo com as parentas e parentes, isto é para se evitar distinções de gênero no nome da articulação.

⁵ Nosso-sistema é um conceito criado e utilizados pelas parentas e parentes de meu povo de origem, ele abrange e explica os conjuntos de práticas, conhecimentos e crenças do povo Karipuna do Amapá (TASSINARI, 2003).

povo tinham o pensamento de que era importante frequentá-la, por isso era comum que crianças e jovens de outras aldeias se mudassem para Santa Isabel para estudar⁶. O que ocorria era que meu avô queria que as filhas aprendessem a transitar entre o nosso mundo Karipuna e o mundo dos não indígenas e que em meio a isto passassem a manejar os distintos conhecimentos que estes dois mundos possibilitariam, em uma época em que as mulheres não saíam de suas aldeias, a não ser por questões de casamento, e que pouco falavam o português (Assis 2012).

Entre estas meninas estão as primeiras Karipuna a sair da aldeia para estudar e a ingressar na universidade, sendo uma delas minha mãe, Suzana Karipuna, que se tornou a primeira antropóloga e socióloga de nosso povo ao se dedicar aos estudos de “cultura material” junto a povos indígenas (Primo dos Santos Soares, Primo dos Santos, 2020). Quando também decidi me torna antropóloga e socióloga e pesquisar com nosso povo de origem, demonstrei interesse por estudar algo que estivesse relacionado com as mulheres. A partir disso, parentas e parentes passaram a comunicar que eu deveria escrever sobre as antigas, sobre suas vidas e conhecimentos, pois o que escrevesse poderia virar algum material que os jovens poderiam estudar com as/os professoras/es nas escolas das aldeias ou no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena⁷ para que, assim, aprendêssemos mais sobre as histórias de antigamente.

Escrever com os conhecimentos das antigas e antigos, enquanto elas ainda vivem é importante para nós devido ao receio que temos de perder uma mais velha ou um mais velho. Isso porque compreendemos que perder as/os antigas/os significa que muitos conhecimentos nossos morrem junto com a pessoa. As parentas e parentes nas aldeias me diziam que nem todos os saberes Karipuna conseguem ser repassados oralmente ou através das convivências para as novas gerações, pois são muitos os ensinamentos que uma antiga e um antigo possuem e

⁶ A primeira escola existente entre os Karipuna se chamava Escola Isolada Mixta da Vila do Espírito Santo do Curipi, fundada em 1º de janeiro de 1934, na aldeia Espírito Santo, porém, esta primeira escola, após alguns anos, foi desativada. A escola de Santa Isabel foi a primeira de nossa aldeia, mas a segunda de nosso povo, sendo fundada em 1949, quando a primeira já era inexistente, ela existe até hoje e se chama Escola Estadual Indígena Manoel Primo dos Santos.

⁷ O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) é ofertado exclusivamente no Campus Binacional, no município de Oiapoque pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Voltado para a formação de professores indígenas, ele recebe discentes dos povos do Amapá e norte do estado do Pará.

que nem tudo pode ser ensinado e preservado. Sobre isso, também, sempre ouvia as parentas e os parentes dizer “nossos mais velhos e mais velhas são nossas bibliotecas vivas”. A parenta Francineia Fontes, do povo Baniwa (Fontes 2020: 180), relata em artigo suas experiências de pesquisa na pós-graduação com as parentas de seu povo, argumentando que “é rico ser indígena, pois o mundo é uma biblioteca viva e seus dicionários para explicação são suas avós, avôs, pai”. Marcio Meira, antropólogo e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), disse em entrevista, em abril de 2020, que “um ancião indígena que morre é uma perda para toda a humanidade” (Ribeiro 2020); frase semelhante à do escritor Amadou Hampté Bá, que diz que a “morte de um ancião é como se ardesse uma biblioteca” (Santos 2019: 90).

As mais velhas e mais velhos Karipuna interpretam que escrever com eles seria uma outra forma de tentar preservar e dar continuidade à permanência da memória. Além disso, minhas pesquisas, como já mencionado, poderiam ser um retorno para meu povo de origem com relação à aprendizagem e ensino nas salas de aula; retorno este que também é esperado de outras parentas e parentes Karipuna que estudam antropologia ou que estão em cursos de licenciatura.

Devo explicar às leitoras e leitores que nas pesquisas que realizo atualmente, converso com as vozes de minhas parentas, para com nossas histórias de vida, as histórias de vida de meus avós, além da história do território da aldeia Santa Isabel, dando centralidade às biografias indígenas e as relações que as mulheres mantêm com os territórios. Pois, quando nós indígenas falamos de nosso povo, realizamos isso contando as nossas próprias histórias, e o território aparece. Afinal, quem somos está diretamente relacionado à aldeia, aos rios, às roças e às florestas. Além disso, através de nossas cosmologias, as próprias parentas são interpretadas como território, pois entendemos que nós, mulheres, somos raízes profundas, caules e sementes; que a Terra é um útero, uma mulher que é mãe e que amamenta os seres visíveis e invisíveis.

Durante os momentos de diálogos e vivências com as antigas, elas me explicavam sobre a importância da oralidade e do escutar, diziam que os ensinamentos de nosso povo são transmitidos destas formas, como quando as nossas histórias são contadas e recontadas para as/os mais novas/os, quando nos ensinam sobre as propriedades de uma planta, ou quando no

turé⁸ os pajés entoam os cânticos que chamam os karuãna⁹, entre outros ensinamentos que vêm através das falas a fim de se preservar os conhecimentos do *tempo dos antigos*¹⁰. Porém, completando, as antigas dizem que os ensinamentos também vêm através de práticas, ações que preparam o corpo da pessoa Karipuna para a vida em comunidade. Minha mãe relata que sua preparação para a vida na aldeia se deu, principalmente, através das histórias que ouvia das tias e dos trabalhos que eram realizados com a mãe nas roças, na produção de cuias e ao fazer os grafismos. Já a minha formação para a vida na comunidade, mesmo distante geograficamente, se deu através de ouvir histórias através da voz de minha mãe, de aprender sobre os objetos, grafismos e karuãna, além de alguns ensinamentos relacionados aos pajés. – minha mãe é gêmea, e os gêmeos são chamados *hoho* e considerados pajés pelos Karipuna. Porém, quando cheguei na aldeia, em viagens de férias, para estudar com as parentas, a preparação para a vida em comunidade continuou de uma nova forma, que foi a de escrever sobre o que ouvia e vivenciava. Nossa oralidade e cotidiano passaram a compor aquilo que escrevia.

A partir do que escrevia com nosso povo e da solicitação de outras parentas e parentes para escrever com as mais velhas, passei a perceber que a escrita também se constitui como um território nosso. Um território que é formado a partir do que ouvimos e vivemos, como membros do povo, e que, no caso Karipuna, é incentivado pelos mais velhos. Esse incentivo ocorre porque em suas épocas a escola não era um espaço que estimulava a escrita de si, nem a universidade era um território que permitia a nossa entrada e permanência. Porém, parentes

⁸ O turé é a festa mais importante dos povos de Oiapoque, é realizada pelos Karipuna, Galibi Marworno e Palikur. Apesar de compartilharmos esta festa, cada povo possui as suas especificidades ao realizá-la. De modo geral, ela é o momento que o visível e o invisível se encontram, em que os humanos (o visível) se encontram com os karuãna, (o invisível). Nela o pajé convida os karuãna do céu, das florestas, das águas e do espaço para participarem, dançarem, beberem *caxixi* e fumarem os grandes cigarros de *tawari* (Andrade 2009: 51).

⁹ Os karuãna, de acordo com os parentes de meu povo e dos povos Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã, “são pessoas que vivem em Outro Mundo, onde são gente como nós, e que apenas os pajés conseguem ver e se comunicar com eles. Vêm do mar, dos rios, lagos, das matas e do espaço e são espíritos de aves, cobras, peixes, árvores e estrelas” (Andrade 2009: 19).

¹⁰ O *tempo dos antigos* é um termo que explica os acontecimentos que ocorreram em um passado menos recente. O tempo dos antigos geralmente é associado às gerações de nossos avós e as gerações anteriores às deles.

mais novos costumam me relatar, além de que eu mesma também percebo isso, que o modo como os conhecimentos são contados para os indígenas estudantes é diferente do como são contados para os pesquisadores não indígenas. Isso porque há ensinamentos que não devem ser ditos aos últimos, e há vezes em que não temos ciência do que eles realizarão com aquilo que aprendem conosco, entendendo que os mais velhos têm uma confiança maior naqueles que assim como eles são Karipuna.

Considero que o território da escrita que estamos a *demarcar* é um território em que a autoria é coletiva. A escrita de um texto antropológico, que parte dos ensinamentos Karipuna (e penso este texto desta forma), é um texto em que coloco aquilo que minhas parentas me solicitam, com base em conhecimentos coletivos que são compartilhados por vários membros do grupo e que vêm de várias gerações.

O que realizo nos escritos com as parentas é algo apontado em texto de Nicole Soares-Pinto, Ana Maria Ramo y Afonso e Sandra Benites (2000: 174), esta última parenta Guarani Nhandewa. Elas dizem que há nas universidades um movimento de indígenas antropólogas que retomam as palavras das mais velhas, geralmente, de suas avós, mães e tias, costurando-as nos textos que produzem. Ao trazer estas vivências com as/os parentas/es, finalmente chego à reflexão sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos. Portanto, retomo as perguntas das antropólogas, apresentadas na introdução deste texto, dando resposta, uma primeira reflexão escrita, a tais questões.

Falar e escrever sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos

A compreensão do conhecimento antropológico realizado por mim com as parentas e os tipos de relações que a antropologia pode tecer com os conhecimentos dos povos originários, quando nós somos as/os próprias/os pesquisadoras/es, é algo que posso responder apenas a partir daquilo que vivencio como Karipuna e antropóloga com meu povo e a partir das relações que mantenho com outras parentas e parentes antropólogos, ou seja, é um ponto de vista particular e que pode diferir do modo como um outro parente compreende a antropologia.

Para explicar como compreendo a escrita do conhecimento antropológico pelos indígenas, irei trazer algumas falas de mulheres pesquisadoras e lideranças. A primeira delas é Nelly Dollis, indígena do povo Marubo e antropóloga, que diz que as mais velhas de seu povo pediram a ela que escrevesse sobre o artesanato que elas fazem, porque, de acordo com estas antigas, os antropólogos, em seus textos e discursos, estavam a contar errado as histórias Marubo. Já ela, como mulher deste povo, traria à antropologia a versão verdadeira das histórias (Dollis 2017). Ao contar, em entrevista, sobre a pesquisa que estava realizando, Dollis rememorou a solicitação de suas mais velhas e comentou que escrevia porque “Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas”¹¹.

Linda Terena, também indígena antropóloga, explica que nós, povos originários, em nosso cotidiano e na antropologia “temos nossos próprios conceitos, palavras, argumentos e narrativas para nos apresentar ao mundo”¹² (Amante 2020), que são distintos dos conceitos, palavras, argumentos e narrativas dos antropólogos não indígenas. Brulina Aurora (2019) e Francilene Fontes (2020), antropólogas Baniwa, no mesmo caminho, demarcam que elas escrevem sobre aquilo que aprenderam com as mulheres de seu povo, através dos diálogos, das memórias e das vivências.

A partir do que aprendo com as mais velhas Karipuna e com as/os parentas/es antropólogas/os, compreendo que estou a participar de um processo em que me aproprio de instrumentos de pesquisa na antropologia, como ação política, e os articulo para produzir uma antropologia que é escrita por nós e que trata de nós, nossos conhecimentos, linguagens, narrativas, memórias e vivências (Ramos 2007). Relaciono isto a algo que o parente antropólogo Gersem Baniwa diz e que pode ser aplicado neste estudo, que é o fato de que o “domínio e a apropriação dos instrumentos” que não são originários dos

¹¹ Conforme artigo intitulado “Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas.” Entrevista com Nelly Duarte [Marubo] e Sandra Benites [Guarani]. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2015/11/os-antropologos-contam-tudo-errado-nos-somos-as-autoras-das-nossas-falas/>. Acesso em: 02/06/2021.

¹² Conforme reportagem publicada no site Catarinas, intitulada “Julieta Paredes debate a força das mulheres indígenas e o feminismo comunitário”. Disponível em: <https://catarinas.info/julieta-paredes-debate-a-forca-das-mulheres-indigenas-e-o-feminismo-comunitario/>. Acesso em 02/06/2021.

povos indígenas não nos tornam menos indígenas ou iguais aos brancos, mas nos “proporcionam maior capacidade de intervenção e contribuição para o fortalecimento da luta histórica dos povos indígenas do Brasil” (Baniwa 2006: 23).

A escrita não é uma prática originária nossa. Entre os povos indígenas, ela foi inserida com a colonização e nos foi violentamente imposta. Porém, a escrita também é ressignificada por nós, mas isto ocorreu por uma questão de necessidade, principalmente no que concerne às nossas relações com o estado, pois a escrita hoje em dia se torna um mecanismo de luta, onde nós colocamos nossas pautas, reivindicações, direitos, comunicamos a ancestralidade, denunciemos os racismos e violências que sofremos.

O conhecimento oral é guardado no corpo pelos povos originários e algo sagrado para nós. Porém, meu povo acredita na força que os instrumentos da escrita podem nos proporcionar, pois para nós conhecimento, oral e escrito, é resistência. Lilia Karipuna, vereadora e pesquisadora em Oiapoque, em live sobre as histórias, antropologias e direitos dos povos indígenas disse que “a escrita e a leitura, atualmente, são nosso arco e flecha”. Com relação a isto, Francineia Baniwa (Fontes 2015: 185) diz que transmitir os conhecimentos de maneira oral ou escrita, são formas de mantê-los ativos e de poder contá-los em novos territórios, nos territórios que escolhemos para narrar as nossas próprias histórias. Completando, a parenta afirma que nós indígenas e acadêmicas temos de escrever, para que assim os conhecimentos não corram o risco de desaparecer ou evaporar. Nesse sentido, me remeto a Watatakalu Yawalapiti, indígena mulher e liderança xinguaná que, durante o período da pandemia de covid-19, compartilhou em suas redes sociais o pensamento de que nós indígenas mulheres temos de “reflorestar as mentes e os corações, com as histórias contadas por nós”, frase também falada por Sônia Guajajara, liderança do povo Guajajara, e por Puyr Tembé, liderança Tembé Tenetehara, em live intitulada Guerreiras da Ancestralidade, realizada pela Associação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) durante o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2021¹³.

¹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iDE_p-lNjLc. Acesso em 23/05/2021.

Observo que a antropologia que é realizada por nós, tece com nossos conhecimentos, um território em que nós trazemos os saberes de nossos povos para a universidade, na buscando evitar, assim, que a antropologia recaia em *uma história única* (Adiche 2019) para com os povos indígenas. Penso na escrita dos conhecimentos Karipuna, junto da oralidade, como uma forma de guardar os conhecimentos que minhas parentas me ensinaram. Mas, através da escrita, penso que contribuo para que a academia aprenda com os povos indígenas, pois estamos nas universidades para compartilhar conhecimentos e fortalecer aqueles que trazemos dos territórios de nossos povos. O indígena vem para a universidade para aprender com os conhecimentos outros, mas é urgente que a academia também aprenda com os povos indígenas. Myrian Veloso Crexu, parenta do povo Guarani Mbya, em live da ANMIGA, comentou que, nós indígenas, quando vamos para a universidade, trazemos para o chão deste território, junto conosco todos os nossos ancestrais, completando que a universidade é um espaço que temos que ocupar e que ela é território indígena. Já Ô-É Kayapó, cacica do povo Kayapó, nesta mesma live, disse que uma pessoa do povo que tem o conhecimento da universidade pode estar trazendo um retorno de conhecimentos para as políticas públicas, direitos e territórios, para assim somar com os movimentos indígenas a nível nacional e local, pois, para ela, educação é uma ferramenta de luta para os povos originários. Em referência à fala de Kayapó, neste mesmo evento, Shirley Krenak, liderança do povo Krenak, respondeu que temos de aprender além dos ensinamentos milenares. Ela completou que os indígenas têm de estudar para assim aprenderem a lidar com o mundo da aldeia e o mundo dos não indígenas, o que me lembrou os pensamentos de meu avô.

Compreendo que a antropologia indígena é a antropologia realizada pelo próprio sujeito indígena, que através de suas pesquisas em coletivo, traz visibilidade aos conhecimentos, lutas, denúncias e demandas dos povos originários, mas que também através dela desconstrói uma série de equívocos que o senso comum e a academia constroem para com os indígenas. Além disso, muitas parentas e parentes me relatam, em conversas informais, que entraram na antropologia para compreender o que os antropólogos querem conosco e com os saberes que nós e nossos territórios produzem,

afirmando que se eles nos observam e etnografam, nós também os observaremos e os etnografaremos.

Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015: 512-549), dizem que as autoetnografias realizadas pelos indígenas são textos baseados em nossos relatos autobiográficos escritos em primeira pessoa, textos em que é possível verificar a existência de uma multiplicidade de vozes que compõem um mosaico narrativo. Além de lembranças e reflexões pessoais, o que os nossos textos trazem são as histórias e os valores de nossos povos de origem. Este é o modo como os autores veem sua obra “A queda do céu” e como ambos escrevem sobre ela: o “eu” narrador é indissociável de um nós da tradição e da memória do grupo. Portanto, o que ouvimos e lemos é um “eu” coletivo. Completando, dizem que a obra “é tecida de lembranças pessoais tanto quanto de narrativas históricas, sonhos, mitos, visões e profecias xamânicas”. Porém, nem toda/o parenta/parente antropóloga/antropólogo compreende sua produção bibliográfica como autoetnográfica.

Compartilhando dos pensamentos de Kopenawa e Albert (2015: 512-549), trago a autoetnografia, entendendo os escritos que realizo como textos autoetnográficos, aqueles em que trato de assuntos que tem a autobiografia como central. Mas quando a pessoa central dos escritos que realizo são outras, entendo que o que faço é mais próximo da etnografia e baseado em uma metodologia da oralidade, da memória e das vivências, pois, como me ensina o parente Raimundo Rosário (2019: 191) do povo Tembé Tenetehara, “o ensino indígena é feito por meio da oralidade no cotidiano da aldeia com os parentes”. Escrevendo, o que a parenta Francineia Baniwa realiza em suas pesquisas na antropologia é uma “escrevivência”, escrita de vivências em que leva as vozes das mulheres, daquelas que estão vivas e também das que já se ancestralizaram (2020: 184). Isso, por sua vez, me remete ao Documento Final da I Marcha das Mulheres, que diz que nós devemos honrar a memória das parentas e parentes que vieram antes de nós¹⁴.

O que estou a realizar com as parentas é um maiuhi. Este é um conceito existente entre os povos indígenas de

¹⁴ Disponível em: <http://apib.info/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito/> Acesso em 03/06/2021.

Oiapoque¹⁵. O maiuhi são tarefas coletivas, mas pode ser compreendido, metaforicamente, como um “dar as mãos”, em sinal de ajuda. De acordo com Ariana dos Santos Karipuna e Tadeu Machado (2019: 78-79), o maiuhi é o trabalho coletivo nas roças ou outros trabalhos realizados na aldeia e que possuem relação com a organização e a limpeza do território, demandando-se a ajuda de várias pessoas. Ele é uma expressão de relações de reciprocidade e construção de sociabilidades. Com base nele, entendo que o que venho realizando com as parentas é um maiuhi de conhecimentos e de afetos, em que damos as mãos para limpar e organizar os territórios dos diálogos, das escutas, das vivências, dos cuidados e das trocas de conhecimentos. Para a composição de uma antropologia que é sobre nós e nosso povo.

Pois, damos as mãos em maiuhi, costurando conhecimentos, para uma produção antropológica que, no caso do que pesquiso com as parentas, tem como tema central as mulheres de Santa Isabel; as cenas e relações entre as mães, tias avós e suas descendentes neste território.

Referências bibliográficas:

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. 2019. *O perigo de uma história única*. São Paulo. Companhia das Letras.
- ANDRADE, Ugo Maia (Org.). 2009. *Turé dos povos indígenas do Oiapoque*. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio/IEPÉ.
- ASSIS, Eneida Corrêa de. 2012. "Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá - Oiapoque: uma antropóloga e seu diário de campo". *Gênero na Amazônia*, 1: 163-180.

¹⁵ Nós Karipuna e os Galibi Marworno chamamos os ajudados e mutirões, em kheuol, de maiuhi. Porém, o povo Palikur, que é falante do parikwaki o chama de mayuka. A ideia de pensar o que realizo com as parentas como um maiuhi, não é algo que pensei sozinha ou em conjunto com as parentas. Mas foi, algo que surgiu a partir de assistir apresentações e presenciar algumas falas do pesquisador Tadeu Machado (2017 e 2019), que utiliza o mayuka epistêmico em suas pesquisas. O mayuka epistêmico, em acordo com as falas do referido pesquisador viria da Minga epistêmica de Boaventura de Souza Santos (2019: 214-216). Sobre isto Boaventura diz que “Minga é um termo utilizado pelos povos andinos para denominar a agricultura colaborativa para o bem comum de toda a comunidade”.

- AURORA [BANIWA], Braulina. 2019. A colonização sobre as mulheres indígenas: reflexão sobre cuidados com o corpo. *Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, 22(1): 109-115.
- BANIWA, Gersem. 2006. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- DOLLIS [MARUBO], Nelly. 2017. *Nokẽ mevi revõsho shovima awe ‘o que é transformado pelas pontas das nossas mãos’ o trabalho manual dos marubo do rio Curuçá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FONTES, Francineia Bitencourt. 2020. Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil. *Cadernos de campo*, 29(1): 179-186.
- GOUVEIA CASTELO BRANCO BARATA, Camille. 2018. *Mulheres da montanha: corporeidade, dor e resistência entre indígenas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará.
- KOPENAWA, Davi & ALBERT. Bruce. 2015. *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KOPYTOFF, Igor. 2012. Ancestrais enquanto pessoas mais velhas do grupo de parentesco na África. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 21: 1-360.
- PRIMO DOS SANTOS SOARES, Ana Manoela & PRIMO DOS SANTOS, Suzana. 2020. "A Cobra e o Maracá encantam: Memórias e vivências de Suzana – Mulher Karipuna do Amapá". *Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. p. 1-20.
- RAMOS, Alcida Rita. 2007. "Do Engajamento ao Desprendimento". *Campos*, 8(1): 11-32.
- RIBEIRO, Fernanda Maria. Coronavírus: “Um ancião indígena que morre é uma perda para toda a humanidade”. *Amazônia real*. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/coronavirus-um-anciao->

[indigena-que-morre-e-uma-perda-para-toda-a-humanidade-diz-marcio-meira/](#). Acesso em: 04/06/2021.

- ROSÁRIO, Raimundo Pereira do; ALVES, Darcel Andrade; ACÁCIO, Mara Silva Jucá. 2019. "Ensino da arte indígena Tembé Tenetehar: Cestaria e grafismo". Em: Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar; Cláudio Emídio Silva; Eliete de Jesus Bararuá Solano (Org.). *A produção do conhecimento em contextos indígenas: diálogos interculturais para o ensino em linguagens e artes*. Belém: EDUEPA. p. 179-192.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2019. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SANTOS, Ariana dos & MACHADO, Tadeu Lopes. 2019. As mulheres no movimento indígena de Oiapoque: uma reflexão a partir da associação das mulheres indígenas em mutirão. *Espaço Ameríndio*, 13(1): 67-86.
- SOARES – PINTO, Nicole; RAMO y AFONSO, Ana Maria; BENITES, Sandra. 2020. Mulheres Indígenas e suas coexistências – uma apresentação. *Cadernos de Campo*, 29(1): 173-178.
- TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. 2003. *No bom da festa: O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: Edusp.

Enviado: 23 de fevereiro de 2021
Aceito: 25 de maio de 2021